



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0197956-4
AGRAVANTE: OPS – PLANOS DE SAÚDE S.A
AGRAVADO: AMARO JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE ATENDIMENTO EM CLÍNICA NÃO CREDENCIADA AO PLANO CONTRATADO. INEXISTÊNCIA DE PROFISSIONAL HABILITADO NA REDE CREDENCIADA. AGRAVO IMPROVIDO.

- A simples alegação de existência de clínicas e médicos credenciados não dá ao plano de saúde o direito de restringir ao seu associado o tratamento às unidades e profissionais elencados no rol de referência, quando se tratar de urgência/emergência. Cabe ao plano de saúde comprovar que as referidas clínicas possuem condições necessárias para a realização do tratamento, bem como disponibilizam profissional habilitado, o que não ocorreu no caso *in tela*.
- Agravo de Instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0197956-4, em que é agravante OPS – PLANOS DE SAÚDE S.A, e agravado AMARO JOSÉ DA SILVA;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo de Instrumento.

Recife, 11 de de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



12^h 171

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0197956-4
AGRAVANTE: OPS – PLANOS DE SAÚDE S.A
AGRAVADO: AMARO JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

Relatório

Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão do MM. Juízo da 31ª Vara Cível do Recife que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, interposta pelo agravado, concedera a antecipação pretendida para condenar a demandada/recorrente à obrigação de autorizar o tratamento de quimioterapia com acompanhamento médico especializado em oncologia, na clínica NEO-H, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Aduz a recorrente, em suma, que a decisão vergastada merece reforma, eis que o agravado pretende realizar o tratamento por um médico e clínica não credenciados, sob a alegação de que a rede credenciada possui apenas um médico especialista.

Às fls. 152/155, fora indeferido o efeito suspensivo perseguido pelo agravante.

A parte agravada ofertou contrarrazões, colacionadas às fls. 158/166, arguindo, em preliminar, a intempestividade do presente agravo. No mérito, pugnou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 28 de abril de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

122
176
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0197956-4
AGRAVANTE: OPS – PLANOS DE SAÚDE S.A
AGRAVADO: AMARO JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível
Voto

Antes de adentrar na questão meritória, cumpre-se à análise da preliminar levantada pelo agravado:

1. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO

A intempestividade argüida pela parte agravada não merece ser acolhida, uma vez que, compulsando os autos, verifica-se que a juntada do mandado para cumprimento da decisão agravada ocorreu na data de 09/09/2009 (quarta-feira), conforme certidão exarada pela chefe de secretaria da vara que tramita a referida ação ordinária afixada à fl. 17 dos fólios. Desta forma, o início do prazo recursal deu-se em 10/09/2009 e expirou na data de 19/9/2009 (sábado), prorrogando-se, portanto, para o primeiro dia útil subsequente, qual seja, 21/09/2009 (segunda-feira), data em que foi interposto o presente agravo, conforme protocolo da distribuição na fl. 02.

Registra-se, ainda, que, sequer há que se perquirir acerca da ciência do demandado/agravado pelo fato de haver o mesmo protocolado petição requerendo a juntada do instrumento procuratório. Isto porque verifica-se que o advogado outorgado não tem poderes para receber citação (documento de fl. 142), não caracterizando, assim, o comparecimento espontâneo da parte, a que se refere o artigo 214, §1º do CPC.

Dessa forma, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 11 de 7 de 2010.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

123
177
@

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0197956-4
AGRAVANTE: OPS – PLANOS DE SAÚDE S.A
AGRAVADO: AMARO JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

Voto

Verifica-se dos autos que o segurado/recorrido possui 74 (setenta e quatro) anos de idade, está em dia com as mensalidades do plano, sendo portador de câncer no fígado. O agravado foi submetido à operação de ressecção completa em 18/05/2009, sendo encaminhado, após a cirurgia, para acompanhamento por um médico especialista em oncologia clínica para o tratamento de aplicação de quimioterapia em caráter de emergência/urgência.

Frise-se que o plano de saúde não dispõe de especialista na cidade do Recife, sendo ofertado um que reside na cidade de Natal – Dr. Rodrigo Jerônimo de Araújo – o qual estabeleceu o programa da quimioterapia a cada 15 dias. Acontece que houve várias complicações para que se iniciasse o procedimento indicado, inclusive, no momento da aplicação do líquido quimioterápico, não havia médico na clínica, sendo todo o tratamento realizado por uma enfermeira que não realizou corretamente o procedimento. Tal fato acarretou a necessidade de nova cirurgia para retirada de cateter (doc. de fls. 129/130), contudo, o plano continuou a indicar o mesmo médico.

Sem alternativas, portanto, o agravado se viu obrigado a procurar outra saída, qual seja, o atendimento por profissional médico que residisse no Recife, o qual indicou a clínica NEO-H que é de sua confiança.

Em que pesem as alegações da recorrente, no sentido de que a rede credenciada possui mais de um especialista, verifica-se dos autos que a mesma não logrou êxito em desconstituir as alegações do autor/recorrido. Sequer acosta aos autos qualquer prova de que haja médico no Recife e que esteja realmente disponível, bem como habilitado, para realizar o tratamento perquirido. A este respeito, registre-se que se limitou a recorrente a enumerar os nomes dos médicos especialista em oncologia, listando apenas três profissionais, sendo um deles, justamente, o que acompanhava ou, pelo menos, tentava acompanhar o paciente agravado (doc de fl. 07). Percebe-se,



124 278
P.
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

portanto, que são informações genéricas trazidas pela agravante, não sendo, de forma alguma, capazes de comprovar a alegação de disponibilidade do tratamento de urgência/emergência na rede credenciada.

Destaque-se que, se realmente houvesse médico especialista no Recife, não seria preciso o atendimento do paciente por médico vindo de outro estado, porque nenhum plano de saúde pretende ter gastos extras, dentre outros, com deslocamentos.

Vale salientar ainda que só houve a procura por médico e a indicação de clínica fora da rede credenciada porque o quadro clínico do autor/agravado já estava bastante grave, precisando de um especialista que pudesse oferecer assistência de fato. Ressalte-se que a indicação do hospital escolhido advém da falida credibilidade no da rede credenciada, porque as experiências que o paciente teve não foram, nem de longe, bem sucedidas.

Configura-se, portanto, abusiva a conduta da agravante em restringir o tratamento necessário ao agravado a médicos e clínicas credenciados, quando não há provas de que exista profissional habilitado na cidade do paciente, tão pouco clínica que seja capaz de oferecer o procedimento necessário e proporcione confiança ao paciente/agravante.

Verifiquem-se os seguintes julgados do TJRS acerca da matéria:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA PREVISTA NO PLANO. LIMINAR. DEFERIMENTO. CAUÇÃO. DISPENSA. Caso em que constatada extrema necessidade e urgência quanto ao procedimento cirúrgico para o qual a autora se internou em hospital da cidade de Santa Maria. Situação em que a paciente sentiu-se insegura quanto às condições de eventual assistência em hospitais da região de abrangência prevista no plano. Presentes os pressupostos do perigo na demora e da aparência de bom direito, cabível liminar para que a recorrente providencie a cobertura da internação hospitalar no local escolhido, que a segurada constatou mais aparelhado."(grifei) Dispensa de caução, dadas as peculiaridades sob exame. RECURSO DESPROVIDO, POR MAIORIA." (Agravado de Instrumento Nº 70020245627, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ubirajara Mach de Oliveira, Julgado em 13/12/2007).

"SEGUROS. AÇÃO ORDINÁRIA. Negativa de cobertura de despesas médico-hospitalares advindas de atendimento fora da área de atuação do plano de saúde. Impossibilidade, no caso dos autos, pois comprovada a impossibilidade técnica de

tefh



125
179
@

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Fernando Martins.

realização da cirurgia na área de abrangência do contrato. (GRIFEI) Apelo improvido.”
(Apelação Cível Nº 70021265558, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator:
Pedro Luiz Rodrigues Bossle, Julgado em 19/10/2007)

Destarte, na hipótese dos autos, negar ao paciente/recorrido o direito de se submeter ao tratamento indicado por médico e realização em hospital, mesmo não credenciados, seria muito mais gravoso que os prejuízos pecuniários que a seguradora tenta evitar, além de afrontar o princípio da dignidade da pessoa humana, porque há risco à saúde e à própria vida do recorrido. Dessa forma, é ilegítima a recusa na cobertura de seguro em caso de urgência no tratamento da saúde.

Desta feita, pelos motivos expostos, nego provimento ao agravo.

É como voto.

Recife, 11 de 7 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR